

EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**DESAFIOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL:
reflexos na supervisão de estágio no contexto contemporâneo****CHALLENGES OF THE SOCIAL WORKERS PROFESSIONAL PRACTICE: Reflections
on internship supervision in the contemporary context****Aline Azevedo de Lima¹****RESUMO**

O referido artigo visa proporcionar uma reflexão sobre os desafios encadeados no exercício profissional do (a) Assistente Social e os reflexos no processo de supervisão de estágio no contexto contemporâneo, enquanto uma de suas atribuições privativas, à qual possui como subsídio o Código de Ética do/a Assistente Social (Resolução nº 273/93). Serão discutidos ainda a relação entre a oferta da supervisão com qualidade em condições éticas e técnicas com base no projeto ético político da profissão, como também o movimento de flexibilização no “mundo do trabalho” e o cenário de desmonte das Políticas públicas, às quais possuem as medidas neoliberais como “pano de fundo”.

Palavras-chave: Assistente social. Estágio. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study aims to reflect on the challenges linked in the professional practice of the social worker and the reflections on the internship supervision process in the contemporary context, as on of its private attributions, which has as a subsidy the code of ethics of the social worker (resolution nº 273/93). The relationship between offering quality supervision under ethical and technical conditions based on the profession’s ethical political project will also be discussed, as well as the flexibilization movement in the “world of work” and the scenario of dismantling public policies, which have neoliberal measures as a “background”.

Keywords: Social worker. Internship. Public policy.

¹ Assistente Social, atua no Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (CEAV) pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN), bem como é Mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: alinelima@tjrn.jus.br.

1 INTRODUÇÃO

Ao tratarmos da temática sobre os desafios do exercício profissional do (a) Assistente Social e os reflexos para operacionalização da oferta de supervisão de estágio no contexto contemporâneo, devemos ter a clareza de como se processaram os caminhos da trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, e a trajetória que se iniciou para unir processos de formação e supervisão direta de estágios.

Assim notamos o desenvolvimento das particularidades no que concerne às primeiras escolas de Serviço social no Brasil, desde as diversas transformações societárias decorrentes do processo de formação profissional a partir da inserção do Movimento de Reconceituação na América Latina.

Nessa perspectiva, essa influência começou a emergir na categoria trazendo importantes questionamentos sobre as bases teórico- metodológicas/ético-políticas e técnico-operativas da profissão, as quais de acordo com o contexto histórico e com base na efervescência dos movimentos sociais os quais eclodiam por todo país, observava-se que já não conseguiam mais responder ao atual contexto socioeconômico (ditatorial), diante das crises sucessivas.

Concomitantemente no que se refere a supervisão de estágio, sabemos que esta ao viabilizar a articulação entre formação e exercício profissional, traz consigo a compreensão, oferece subsídios para a construção das análises, tornando possível a leitura existente entre os processos teóricos e a realidade na sua dinamicidade e contradição.

Nesse sentido, Guerra (2002, p. 5 referenda: “[...] só o estágio permite a análise concreta de situações concretas”. Isso significa que esta oportunidade faz com que os alunos se apropriem das situações que ora se apresentam no cotidiano do exercício profissional, atravessado por diferentes contextos, contradições, aspectos culturais, sociais, conjunturas diversas no nível macro e micro societários.

Todavia, com relação ao interesse por esta temática, este justifica-se a partir de experiência profissional e prestação de supervisão direta de estágio curricular obrigatório e não obrigatório, com perfis de discentes de Graduação do âmbito privado e público, nas modalidades a distância, bem como presencial. Desta feita, busquei utilizar a metodologia através da observação, bem como da pesquisa bibliográfica.

2 HISTORICIDADE DO SERVIÇO SOCIAL E A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO: construção e desconstrução entre formação e exercício profissional

As primeiras ações do Serviço social apontadas para uma Assistência Técnica remontam às instituições de caráter privado, cujo viés se traduz no âmbito filantrópico, posteriormente sofrendo forte influência da formação pedagógica sobretudo nas décadas provenientes do período o qual data entre 1950 e 1960.

No entanto, a partir da década de 1970 podemos verificar uma forte inserção do escritor Karl Marx no interior da categoria profissional, na percepção de uma notável “[...] intenção de ruptura com o Serviço social tradicional” (NETTO, 1994, p.159). Todavia, mesmo com a influência do Movimento de reconceituação latino americano, este não conseguiu promover mudanças de fato no processo e desencadeamento da supervisão de estágio, pois apesar do salto teórico e intelectual, ainda existiam lacunas no processo de instrumentalização da profissão.

Dando continuidade, ao fazermos um levantamento da bibliografia existente em busca de mais conteúdos sobre o estágio, podemos observar que até a década de 1980 não havia algo definido na relação entre supervisor acadêmico e supervisor de campo, em decorrência da inexistência desta função para o/a profissional inserido no exercício profissional.

Em seguida, segundo Buriolla (1994) na década de 1990 a supervisão de estágio aparece configurada como diretriz constituinte do processo de formação e conseqüentemente do exercício profissional. Ainda fazendo referência a presente década, enxergamos expressivos avanços no que diz respeito a aprovação da Diretrizes Curriculares de Ensino as quais datam no ano 1996, uma vez que “expressam a tônica da formação generalista, do Serviço social como especialização do trabalho e sua prática formulada como concretização de um processo de trabalho, que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social (ABEPSS, 2004, p.378).

Apesar disso, ao citarmos o Projeto Ético-Político da profissão, materializado por meio dos seguintes aparatos legais os quais constam no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação da profissão/ nº 8.662, 1993 e nas Diretrizes Curriculares que datam do ano de 1996, logo, não podemos deixar de mencionar que a teoria e a prática são uma unidade homogênea.

Conseguimos entender a referida relação quando estas se sucedem a partir do arsenal proveniente da aproximação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativas da profissão, como também a partir das leituras marxianas e através do processo dialético. Já Netto (1993) nos traz como reflexão que a teoria é um outro nível de conhecimento, que se testa na prática, mas que não emerge da prática, tem vinculações com a prática, mas que são vinculações mediatizadas.

Concomitantemente a estes referenciais, evidenciam-se desafios os quais ora se vislumbram no contexto contemporâneo, através dos diversos espaços sócio ocupacionais como podemos destacar: a insuficiência de condições éticas e técnica, a estruturação dos campos de estágio para realização do devido acolhimento aos discentes, indo inversamente ao contrário do que preconiza a resolução CFESS nº 493/2006.

Exige-se dessa relação, a astúcia acerca da competência profissional vinculada a uma perspectiva de um projeto profissional “inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país” (IAMAMOTO, 2009, p. 18).

No entanto não podemos deixar de citar as mudanças às quais os Assistentes Sociais têm vivenciado no “mundo do trabalho”, ocorridas em detrimento de um processo de mundialização do capital, com vestígios de flexibilização, seja por meio contratos temporários, retirada de direitos trabalhistas, modelos de terceirizações, em contramão a realização de concurso público.

Apesar desses constantes ataques a classe trabalhadora na qual os (as) Assistentes sociais se encontram inseridos (as), evidenciamos árduos movimentos travados pela categoria de representatividade (CFESS/ CRESS), seja na luta de valorização do trabalho e de suas devidas condições, seja no tocante a formação profissional continua e de qualidade, de caráter público.

Diante disso, podemos perceber que a supervisão de estágio possui limites e possibilidades próprios dos determinantes sócio históricos, como também dos rebatimentos os quais se encontram na contemporaneidade, cujas possibilidades de intervenção podem ser encontradas a partir do exercício de uma leitura crítico- dialética, reconhecendo a realidade e o exercício profissional como partes de um movimento dialético.

Todavia, de acordo com a ABEPSS (2010, p.8): “No contexto de precarização e desregulamentação do trabalho e redução de direitos é importante destacar que a discussão do estágio supervisionado se coloca, como estratégica na defesa do projeto de formação profissional em consonância com o projeto ético político do Serviço Social “.

Seguindo essa linha de raciocínio é imprescindível a presença do supervisor acadêmico, como também sejam fortalecidas as relações deste com o supervisor de campo, pois o que se observa ainda é um distanciamento entre ambos. Esta articulação se faz precisa, uma vez que o aluno (a) irá relatar ao seu supervisor acadêmico sua percepção sobre a instituição ao qual está inserido, bem como a respeito do processo de instrumentalidade do Serviço Social.

No entanto, podemos enxergar que o(a) discente possui uma grande expectativa com relação ao momento de iniciação no campo de estágio, como se houvesse a possibilidade de “aplicar” a teoria na prática, ou seja, o estágio torna-se atravessado por viés tecnicista, ou mero “fazer”. Porém, como afirma Lima (2004), o estágio não é a hora da prática”, mas um espaço de unidade, por possibilitar uma prática fundamentada numa teoria em confronto com a realidade, numa relação dialética que as inter-relaciona, recriando-as no cotidiano.

Contudo, Iamamoto (2003) nos faz refletir que o exercício da profissão de Assistente Social é uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional.

3 CONCLUSÃO

Diante do exposto, podemos concluir que o processo de supervisão de estágio em Serviço social ao longo de sua trajetória historicamente determinada, perpassou por significativas transformações, sobretudo no tocante a relação teoria/prática, uma vez que esta deve ser tratada como uma unidade sem haver separação, embora ambas possuam diferenças na sua funcionalidade e direção propositiva.

Entretanto, não podemos deixar de elucidar o salto qualitativo dos aportes acadêmico e a maioria intelectual através das construções provenientes das produções, conquistadas

a partir da imersão e aproximação com as primeiras leituras de Karl Marx, o qual traz uma perspectiva crítico- dialética, sob o princípio da totalidade.

Neste sentido citamos as contribuições oriundas do Projeto Ético- Político profissional, materializado nas seguintes regulamentações do Serviço Social (Lei de Regulamentação da Profissão- Lei nº 8.662/93; O Código de Ética (Resolução nº273/1993); e as Diretrizes curriculares (1996), sendo este último um norte para efetivação subsídios necessários para a busca de uma formação profissional crítica, tendo como diretriz as dimensões teórico - metodológicas, técnico- operativo e ético- políticas, entendendo o sujeito a partir das dimensões particulares, singulares e universais.

Em consonância a isto, devemos nos apropriar que o exercício profissional do (a) Assistente Social na contemporaneidade possui rebatimentos na sua força de trabalho, uma vez que são fragilizadas as condições éticas- técnicas para oferta do seu trabalho, diante das demandas as quais se apresentam e requisitam respostas imediatistas, sem a devida avaliação.

Presenciamos cenários de desregulamentação por parte do Estado frente as Políticas Sociais em meio aos processos de mundialização do capital, tornando-as cada vez mais focalizadas, seletivas, fragmentadas, com privatizações de benefícios e serviços. Diante desse cenário, podemos ver os desafios de se promover um maior acolhimento aos estagiários (as), no sentido de uma perspectiva maior e de qualidade.

Contudo, a luta por uma formação de viés qualitativo e em consonância com o Projeto Ético- Político do Serviço Social, bem como associado a isto a supervisão de estágio de forma direta sob uma perspectiva de totalidade da realidade vivenciada, perpassa o envolvimento de toda categoria profissional, desde docentes, discentes, sociedade, e demais profissionais.

REFERÊNCIAS

ABESS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. IN: **Caderno ABESS n.7. Formação profissional: trajetórias e desafios**. São Paulo: Cortez, 1997.

BARROCO, M.L. **Ética e Serviço Social: Fundamentos Ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Resolução CFESS n. 493, data. **Trata das condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social**. CFESS, Brasília, 2006.

BRASIL. Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008. **Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social**. CFESS, Brasília, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL- CFESS. **As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político.** Serviço Social e Sociedade, n.108, São Paulo, 2011. p. 785-802.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço social.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GUERRA, Y. **Ensino da Prática no Serviço Social: elementos para reflexão.** *Revista Temporalis*, Brasília, n. 2, ABEPSS, 2000.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elisabete, AMARAL, Angela (Orgs.) **Cenários, contradições e pelejas do Serviço social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016.

RAMOS, Sâmya; ABREU, Maria Helena E. **As particularidades do estágio curricular na formação profissional do (a) Assistente social.** In: MOTA, Ana Elisabete; AMARAL Angela (Orgs.) *Serviço social brasileiro nos anos 2000: Cenários, pelejas e desafios.* Recife: Ed. Da UFPE, 2014.

VASCONCELOS, Iana R. **Estágio não obrigatório na formação profissional dos (as) Assistentes sociais: trabalho precarizado ou processo didático-pedagógico?** 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.